

editorial
editorial
entrevista
interview
ágora
agora
tapete
carpet
projeto
project
expediente
credits
próxima vírus
next virus

V!23
REVISTA VIRUS
VIRUS JOURNAL

issn 2175-974x
dezembro . december 2021



ÁGORA
AGORA

COMÉRCIO INFORMAL, IDENTIDADE E DIREITO: O CASO DAS ZUNGUEIRAS DE LUANDA
INFORMAL TRADING, IDENTITY, AND THE LAW: THE CASE OF LUANDA'S ZUNGUEIRAS
VERA LUZ, ÁUREA ANDRÉ

PT | EN

Vera Santana Luz tem graduação em Arquitetura e Urbanismo e é Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, onde orienta pesquisas sobre os temas arquitetura, urbanismo, meio ambiente, sustentabilidade e soluções baseadas na natureza, e territórios com fragilidades socioespaciais e ambientais. veraluz@puc-campinas.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/2708934593900531>

Áurea Bianca Vasconcelos André é arquiteta e urbanista e pesquisadora do grupo EUCA - Estudos Urbanos Arquitetura, Cultura e Arquitetura, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Tem como temas de pesquisa: direito à cidade, arquitetura vernacular africana e comércio informal. aureaandre16@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3230440459801948>

Como citar esse texto: LUZ, V. S.; ANDRÉ, A. B. V. Comércio informal, identidade e direito: o caso das zungueiras de Luanda. **VIRUS** n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2021

Resumo

Zungueiras é o nome dado a mulheres vendedoras ambulantes do mercado informal angolano, que percorrem quilômetros buscando comercializar seus diversos produtos tais como: alimentos, acessórios e vestimentas. A palavra *zungueira* deriva do termo *zunga*, da língua nacional angolana *kimbundu*, que significa circular, andar à volta, girar. Trata-se de um linguajar utilizado pela população de Luanda para caracterizar os vendedores informais, particularmente os vendedores ambulantes. Esta prática de venda em movimento é produto de mudanças sociais, políticas e econômicas do país, infelizmente marginalizada pelos órgãos públicos. Muitas vezes os fiscais policiais as perseguem usando a força e a violência para expulsá-las de áreas de circulação, acabando em alguns casos em mortes destas mulheres. A partir de metodologia de investigação bibliográfica e documental, tem-se como objetivo analisar aspectos do comércio informal das *zungueiras* em Luanda, perante a postura do Estado, o direito à cidade destas mulheres e a identidade cultural que carregam, cujos resultados apontam para a necessidade de fortalecimento de relações horizontais menos hierarquizadas ou condicionadas pelos imperativos do capital hegemônico, o que é desdobrável a situações análogas no Sul Global. A apresentação deste estudo de caso, entendido no contexto de Sul Global, se dá pela sua compreensão como uma referência de menção válida. A dinâmica urbana de sobrevivência, com raízes socioculturais ancestrais e permeada de contradições entre precariedade e direitos, revela saberes locais e resistência aos desígnios de alinhamento hegemônico a padrões de globalização conduzidos pelo Estado.

1 Introdução: considerações sobre Luanda

Neste estudo, o Sul Global é entendido, em sua diversidade, como um Sul geopolítico, “uma metáfora usada para identificar o conjunto de movimentos, de ações coletivas contra as formas de opressão, exploração e discriminação” (MENESES, 2016). O estudo de caso das *zungueiras* busca apresentar um fenômeno localizado, cuja discussão revela, porém, tensões recorrentes entre a luta por direitos, a precariedade de contingentes urbanos e a disputa entre hábitos e saberes vernaculares perante forças de modernização em moldes globalizados. O entendimento deste fenômeno particular, como circunstância desdobrável aos países do universo do Sul Global, se dá pelo seu potencial como referência, cuja validade de menção pode indicar especificidades ou analogias a outros territórios. Destaca-se sua condição como exemplo de contingentes sociais precarizados, na luta por sobrevivência e pelo direito de permanecer em cena pública, neste caso como minoria de gênero em extrema pobreza. Seus expedientes de urgência enlaçados em tensão a modos de vida ancestrais se tornam comprometidos por efeitos históricos coloniais, de guerras por independência nacional e de um certo afã dos extratos dominantes, no sentido de alinhamento ao receituário internacionalizado de globalização à luz do Norte Global.

A metodologia que conduz a investigação – cujo impulso nasce da experiência cotidiana vivida por uma das autoras –, se estrutura pela investigação bibliográfica e documental de aspectos entrelaçados do fenômeno das *zungueiras*, como circunstância particular a pressões de urbanização condicionadas por forças hegemônicas em Luanda, Angola – país submetido à colonização, escravidão, patriarcado, guerra civil e, mais recentemente, à condição de periferia do Capitalismo globalizado.

A cidade de Luanda, por si só, não representa as especificidades do país. Angola é composta por diversos territórios, em cujos espaços urbanos as *zungueiras* comparecem recorrentemente. Em seu cotidiano, carregam seu modo de vida como elemento constituidor da paisagem urbana, cujas atividades são consideradas pelo senso comum e pelo Estado como informais, embora possamos entendê-las como incluídas em um sistema de comércio que gera formas de renda e inter relações úteis com o corpo social como um todo. Após conquistar a sua independência dos colonos portugueses, Angola passou por uma longa e duradoura guerra civil que durou aproximadamente trinta anos, de 1975 a 2002. Esta guerra ocorreu no interior do país e contribuiu para um êxodo rural acelerado, fazendo das cidades mais desenvolvidas alvo de migração em busca de segurança e melhores condições de sobrevivência. Desse modo, Luanda acabou se tornando um dos destinos mais procurados por aqueles que buscavam reconstruir suas vidas, especialmente quanto ao aspecto econômico (BETTENCOURT, 2011).

O êxodo rural teve suas consequências; dentre elas, o aumento da densidade populacional em Luanda, a taxa de desemprego elevada e o déficit habitacional na cidade, o que resultou no crescimento de bairros informais. Muitos cidadãos deslocados viram no comércio informal um meio de subsistência, optando pelas vendas ambulantes, serviços de motoristas e de transporte de mercadorias, como os *roboteiros*, entre outros. Em 2014, a cidade de Luanda abrigava mais de um quarto de habitantes da população do país (GOVERNO DE ANGOLA, 2016). Um dos programas de reintegração da população foi o financiamento de antigos combatentes e ex-militares; contudo, as viúvas destes não se beneficiaram de auxílio financeiro algum do Estado. Segundo Orlando A. Santos (2010), muitas destas mulheres se encontram atualmente na venda ambulante, nas esquinas trocando dólares ou trabalhando como empregadas domésticas, com um salário equivalente a US\$50. São, até hoje, discriminadas pelo trabalho que exercem. No entanto, sustentam as suas famílias custeando não só os estudos dos filhos como, muitas vezes, também os esposos (SANTOS, 2010, p. 16-17).

O informal em Luanda, apesar de ser cultural, é, por vezes, criminalizado e excluído do meio urbano, desde o comércio à habitação. O processo de reconstrução, na busca pelas características de uma cidade global, não abre espaço para o informal que, em Luanda, tem a peculiaridade não apenas de retratar a desigualdade ou uma dualidade da cidade, mas também representa cultura e tradição, embora não possamos ignorar as condições de precariedade socioespacial. A dualidade da cidade de Luanda espelha realidades distintas e complementares; se, por um lado, a cidade formal se estruturou ainda durante o período colonial, tendo uma malha viária planejada e infraestrutura correspondente, por outro lado encontra-se a cidade informal, denominada *musseques*, que se espalha nos limites periféricos em torno da cidade, com densidade populacional crescente e déficit de infraestruturas, como saneamento de esgotos, coleta e destinação de resíduos, provimento de água potável, vias de acesso, iluminação e equipamentos públicos. O escoamento de águas pluviais e as enchentes, o lixo a céu aberto e o transporte público precário agravam ainda mais a qualidade de vida desta população, vítima da desigualdade socioespacial (PRATES, 2016, p. 51).

O Estado angolano tem realizado esforços para alavancar uma cidade em moldes globais, mediante a industrialização e o crescimento econômico; contudo, os planos e projetos de requalificação urbana, especialmente em Luanda, resolvem em parte alguns problemas funcionais, e trazem um ar de renovação estética à cidade, como uma miragem que espelha a precariedade. Apesar de todo crescimento e recuperação após a guerra civil, o incremento econômico angolano tem sido incompatível com as reais necessidades do

povo de modo geral. A inclusão socioespacial nestes projetos é questionável, porque a desigualdade em Luanda continua a ser enorme. O conceito e a resignificação dos *musseques* têm se alterado ao longo do tempo, consoante as modificações da cidade e de sua população. Atualmente, o comércio informal e os *musseques*, especialmente para as camadas sociais superiores em termos de poder aquisitivo, e para parcelas do Estado, representam desorganização e marginalidade; para outras camadas sociais são resistência, sobrevivência e subsistência.

Os *musseques* albergam a maior parte da população luandense que exerce alguma espécie de comércio informal. Segundo Cain (2019), aproximadamente 70% da população reside em *musseques* ou habitações precárias. Segundo o Instituto Nacional de Estatística do Ministério do Planeamento do Governo de Angola (GOVERNO DE ANGOLA, 2016, p. 71-75), em dados de 2014, somente 31% dos agregados familiares em habitações da população de Angola dispunha de eletricidade e menos de 30% dos agregados familiares em habitações em Luanda tinha acesso a água apropriada para beber; 7% dos agregados familiares em habitações no país apresentava equipamentos sanitários urbanos conectados à rede pública de esgotos, sendo 91% ligados à fossa séptica. Os resíduos são depositados ao ar livre por 59% dos agregados familiares urbanos. Em Angola, 70% das mulheres trabalham na economia informal e 90% dos vendedores ambulantes residem fora do local onde trabalham, sendo que o circuito informal representou, em 2014, a proporção de 60% da economia (QUEIROZ, 2016). Propõe-se, neste artigo, uma abordagem do conceito do informal em Angola, acreditando que a informalidade faz parte do meio urbano das cidades africanas, sendo um modo de auto-organização e subsistência, que interfere no espaço urbano. Conforme Queiroz (2016):

A auto-organização como resposta popular aos obstáculos do cotidiano urbano tem despertado uma nova visão sobre as cidades africanas, como exposto pelo urbanista Abdou Maliq Simone sobre as cidades do Sul Global: Há algo acontecendo, esforços estão sendo feitos, trazendo novos meios de ganhar a vida, de ajudar outras pessoas e criar cidades interessantes (SIMONE, 2011). A informalidade faz parte do conjunto popular de auto-organização, é um meio de apropriação e de produção do espaço (QUEIROZ, 2016, p. 37).

A informalidade no meio urbano e a organização hegemônica representam uma relação paradoxal de interdependência. A característica de uma Luanda dualista já era evidente no período colonial. A diferença entre as classes sociais foi transmitida ao tecido urbano, onde a classe dominante residia no centro, com acesso aos serviços e infraestruturas, e as classes subalternas, em comunidades periféricas, sem infraestrutura e distante dos serviços. Esta dinâmica socioespacial é fruto de uma organização política do espaço que se reflete no estilo de vida, no modo de viver, habitar e se relacionar, o que, de certa forma, repercute nos dias atuais.

Os espaços de troca e venda, mercados e feiras, existem no cotidiano das civilizações desde milênios. Em Luanda, estas instituições foram caracterizadas pelas quitandas. Segundo Van-Dúnem (1987, *apud* SANTOS, 2011, p. 37) a palavra quitanda é oriunda do termo *itânda*, no dialeto *kimbundo* que, no plural *kitanda*, significa estrado de bordão que serve de banco, expositor de medida, sobretudo para regular a venda de tabaco de corda. Da versão aportuguesada da palavra, surge o termo quitandeira (mulher que exerce negócio em quitanda) da eliminação do "a" e o acréscimo do sufixo "eira". Nessa versão de quitanda, encontram-se os seguintes significados: mercado, praça, posto de venda de géneros frescos, pequena loja ou barraca de negócios, quinta ou tabuleiro em que se vende pelas ruas (RIBAS, 1989, p. 174, *apud* SANTOS, 2011, p. 37).

Apesar do comércio informal ter ocorrido, em sua origem, com mais frequência nas zonas periféricas e periurbanas no período colonial, as quitadeiras passaram a circular no centro urbano com maior frequência devido à expansão urbana e modernização. As quitadeiras não eram bem vistas no meio urbano central tanto quanto o eram nas zonas periféricas da cidade. Pantoja (2000) faz menção aos regulamentos e restrições impostas às quitadeiras de Luanda e, posteriormente, ao fomento de conflitos entre as quitadeiras nativas e novos comerciantes europeus, por vagas nas feiras e nos mercados. Neste cenário, as quitadeiras e artesãos que não conseguiam pagar o aluguel, tiveram que se mudar do centro urbano e foram para os *musseques*, a fim de exercerem as suas atividades comerciais. Tal como aborda Pantoja (2000), em dado momento da modernização, no início do século XXI:

A cidade de Luanda toma nova configuração e as quitadeiras tendem a desaparecer do cenário luandense. Sem condições de habitação na cidade, as casas africanas foram se concentrando nos musseques. O mercado ficou para umas poucas que podiam pagar aluguel do espaço e competir com empresas que passaram a participar do abastecimento da cidade. Foi criado um outro mercado mas em tão precárias condições que teve vida curta (PANTOJA, 2000, p. 32).

A desapropriação dos mercados de Luanda para utilização das quitadeiras foi resultado de leis instituídas e ações realizadas pelo poder público, que procurou dominar os espaços de comércio, isto é, os mercados de Luanda, que foram apropriados pelos comerciantes portugueses e, paralelamente, as feiras livres predominam nos *musseques*, ocupadas pelas quitadeiras. Os mercados do centro passaram a ser frequentados pelas classes altas e os mercados dos *musseques* majoritariamente pelas classes baixas, ou seja, a diferença social marcou e reforçou, explicitamente, uma delimitação nos espaços urbanos. Segundo Orlando Santos (2011), o

plano de construir mercados nas zonas periféricas tinha como intuito eliminar as feiras livres do centro urbano, buscando erradicar o comércio informal da “cidade branca” e submeter as feiras livres sob controle. Era importante para o Estado um plano urbanístico moderno e progressista nos moldes de dominação hegemônica, como instrumento de controle, incluindo o ato de disciplinar os locais e populações que resistiam ao *status quo*.

Nesse sentido, as feiras livres em espaços cujas regras sociais não seguiam a razão capitalista e que outrora estavam sob domínio popular, passaram a se subjugar à ação disciplinar dos mercados controlados pelo poder público municipal. Dessa transição decorre um conflito entre o poder público e os comerciantes. Os comerciantes não se limitaram a circular apenas nos bairros periféricos e não se constringeram com as intimidações do poder político. A prática da *zunga surge*, no comércio informal em Luanda, como produto das práticas das quitadeiras no período pós-colonial. Apesar de ser exercida majoritariamente por mulheres, cujo presente trabalho salienta, menciona-se que atualmente existem homens *zungueiros* devido ao aumento da taxa de desemprego no país.

Orlando Santos (2010) revela que a *zunga* não é uma prática propriamente nova, mas sim uma adaptação, mas afirma que o fluxo de vendedores ambulantes aumentou em Luanda, readquirindo a prática de vender e “cantalorizar” os seus produtos (SANTOS, 2010, p. 91). O cotidiano das *zungueiras* consiste em circular pelos armazéns, mercados, ruas e bairros, desenvolvendo vendas de porta em porta, carregando os seus produtos geralmente na cabeça ou nos braços. Analisando a estrutura social dentro das atividades comerciais em Luanda, Orlando Santos (2011) descreve a *zunga* como uma das práticas com menor status socioeconômico dentro do comércio informal; contudo, no nosso entendimento, esta afirmação é relativa, considerando o rendimento diário de muitas *zungueiras* que, muitas das vezes, chega a ser superior ao dos demais trabalhadores do comércio informal.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, as *zungueiras* fazem parte dos mais de 50% da população angolana que vivem em condições de extrema pobreza, sobrevivendo com apenas US\$1,20 por dia (PNUD, 2019). A maioria das *zungueiras* vive em zonas periféricas ou nos bairros informais, os *musseques*. Como expusemos, os *musseques* são bairros informais que correspondem aos caniços em Moçambique, *slums* na Índia e favelas no Brasil, caracterizados por habitações precárias, sem garantia fundiária ou proteção jurídica contra remoções forçadas e outras ações, que tendem a violar os direitos humanos. Muitos moradores são analfabetos e não possuem qualquer grau de instrução, tampouco dispõem de documento de identidade nacional, o que os torna extremamente vulneráveis (RIMLI, 2013). Os *musseques* sofrem demolições e desocupações e seus residentes têm sido realocados em regiões distantes das suas atividades cotidianas. Isto se deve aos interesses do mercado imobiliário, que detém alguns *musseques* localizados em áreas atrativas ao setor privado, como empreendimentos que geram lucros aos envolvidos.

Os discursos de reabilitação e reurbanização da cidade de Luanda se dão como uma busca contínua da concepção de cidades modernas; resultam em um urbanismo especulativo, que acaba por privilegiar uma determinada camada social e negligenciar a maior parte da população, em um processo de gentrificação e reestruturação urbana fundamentado na desigualdade socioespacial. O urbanismo atual implementado em Luanda é apresentado com uma roupagem inovadora, mas baseia-se, no entanto, em estruturas antigas. Com intuito de uma reengenharia do espaço urbano, acaba por descaracterizar a cidade perante as complexas especificidades africanas, voltando as costas para o problema da exclusão social. Essa reurbanização de impacto socioespacial, acompanhada de remoções forçadas, afeta diretamente a população que reside nos *musseques* e, conseqüentemente, muitos trabalhadores do setor informal.

2 Forma e fundo no quadro das *zungueiras*

É notável que a população das classes mais baixas esteja inserida na cidade urbanizada bem como nos *musseques*, à medida que nestes residem e, no entanto, trabalham também nos centros urbanos. O crescimento destes bairros informais é decorrência da desigualdade e se agrava pelo modo que, como vimos, se estabelece o processo de modernização da cidade. A desconsideração das necessidades locais, torna Luanda uma cidade que desqualifica atividades tradicionais como a *zunga*, privilegiando sua adaptação forçada e incompleta como uma cidade global. Segundo Harvey (2012), o direito à cidade atualmente tem sido apropriado pelo mercado imobiliário na busca de novos empreendimentos e rendimentos, em processos privatizantes de produção do espaço urbano. Segundo o autor, a crise urbana se desenvolve como um processo global, priorizando investidores e financistas na busca de acumulação. Este modo de colonização do espaço urbano pelos ricos, se dá perante a insuficiência de força de mobilização dos movimentos sociais de controle sobre a utilização dos excedentes e de suas próprias condições de produção (HARVEY, 2012, p. 88). Conforme Harvey (2014):

O direito à cidade, como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 63).

A informalidade, como face complementar deste quadro, surge como meio de sobrevivência e resistência da população que encontra meios de sobreviver em meio à extrema pobreza e em resistência às medidas governamentais impostas pelo Estado. Estas são, muitas vezes, executadas por grandes construtoras, tais como a Odebrecht, envolvidas na remoção forçada e demolição de muitos *musseques*, em Luanda. Desse modo, a informalidade no espaço urbano e econômico é um expediente da população de baixa renda para reivindicar o direito à cidade. Tal como afirma Harvey (2014):

Se os bens públicos oferecidos pelo Estado diminuem ou se transformam em um mero instrumento para a acumulação privada (como vem acontecendo com a educação), e se o Estado deixa de oferecê-los, então só há uma resposta possível, que é as populações se auto-organizarem para oferecerem-se seus próprios comuns (HARVEY, 2014, p. 167).

Conforme Milton Santos (2004), uma característica constante às atividades consideradas como do circuito superior, é que são “capital intensivas”, ou seja, têm na tecnologia, na organização burocrática e no acesso ao crédito bancário sua base comum. Simultaneamente, são determinantes a forte presença de oligopólios, a exemplo de algumas empresas multinacionais, e o seu favorecimento por parte do Estado, na oferta de infraestruturas, subsídios fiscais e reserva de mercados. Tais aspectos são definidores da relação entre as atividades dos dois circuitos — superior e inferior — e de cada um deles com o território (SANTOS, 2004, p. 33). Nesse sentido, Kauê Lopes dos Santos (2020, p. 17) salienta que, além da noção de formalidade, os níveis de organização e capitalização identificam a integração entre os diferentes circuitos.

O desdobramento do conceito de circuito inferior, no caso de Angola, pode ser considerado como um símbolo de refúgio, resistência e resiliência para a população de baixa renda que atinge, no país, 80% da população trabalhadora que, somente na informalidade, encontra oportunidade de sustento (REIS, CHAMBASSUCO, 2021). Admitindo ser possível observar a predominância do circuito inferior na economia urbana angolana, podemos considerar sua importância para a subsistência da maioria da população de poder aquisitivo baixo, como os diversos personagens do comércio informal — *zungueiras*, *roboteiros*, *candongueiros*. No que tange às práticas de venda e técnicas de convencimento, é possível identificar dinâmicas utilizadas pelas *zungueiras* para atrair o seu público-alvo. Algumas tendem a alterar o preço dos produtos consoante a raça, nacionalidade ou até mesmo classe social da clientela.

O sucesso de suas vendas depende muito da interação com os clientes. O uso de rimas, músicas nos anúncios dos produtos, torna-se uma das principais técnicas de atração realizada pelas *zungueiras*, prática anteriormente exercida pelas quitandeiras. Segundo Orlando Santos (2010, p. 95): “o grito da mulher zungueira constituiu um dos principais elos com o tradicional pregão das antigas quitandeiras”. Compreende-se que a formalidade e a informalidade passam a ser elementos pertinentes e determinantes nos circuitos estabelecidos por Milton Santos (2004). Em “Por uma outra globalização”, Milton Santos (2001) analisa dinâmicas organizacionais e identifica diversos níveis de capitalização dos empreendimentos relacionados aos diferentes circuitos, nas cidades de países que denomina como subdesenvolvidos, que atualmente podemos considerar como correspondentes ao Sul Global (SANTOS, 2018; MENESES, 2016), do qual Luanda faz parte.

É notória a relevância das *zungueiras* na cadeia produtiva à qual se integram. O comércio informal, para além de ser predominante em Luanda, gera empregabilidade e atende, em grande parte, ao consumo da população da cidade. A dinâmica que existe na economia urbana em Luanda tem características semelhantes às impostas pela pobreza em outras cidades do Sul Global, como produto da falta de empregos formais e oportunidades (SANTOS, 2004). A divisão social e sexual do trabalho é um fator evidente no contexto histórico e cultural angolano, onde a mulher se encontra em uma posição de subalternidade exercendo funções consideradas como da essência feminina, tais quais: ser mãe, cuidar da família e ser dona de casa. Entretanto, o cotidiano das *zungueiras* demonstra o oposto.

Orlando Santos (2010) afirma que as *zungueiras* têm baixo nível de escolaridade, oriundas de outras províncias além de Luanda devido à guerra civil, e muitas sustentam suas famílias sozinhas, apesar de estarem casadas. Vivem em lares chefiados pelos esposos, mas sustentados por elas. A conscientização sobre o cotidiano das *zungueiras* é um passo importante no reconhecimento da contribuição da mulher para o sustento da família e, no limite, de uma forma de exploração interfamiliar. Apesar da *zunga* ser enaltecida pela população e as *zungueiras* serem consideradas símbolo de empoderamento para as mulheres angolanas, a prática tem sido alvo de inúmeras notícias publicadas pelos órgãos de comunicação do país, ora sendo abordadas como mulheres fortes, ora repreendendo e estigmatizando a venda ambulante na cidade. As *zungueiras* têm sido marginalizadas e sofrido diariamente atos de violência e brutalidade por fiscais do Governo da Província de Luanda e agentes da Polícia Nacional.

O jornal angolano O País realizou uma reportagem intitulada “Quando se perde a vida fugindo dos fiscais” (GOMES, 2018), alertando a população sobre as consequências da violência policial contra as *zungueiras* em Luanda, conforme ilustra a Figura 1, abaixo. Segue um trecho da referida matéria:

Muitos vendedores ambulantes ficam deficientes, são gravemente feridos e outros até mesmo perdem a vida na sequência de fuga aos fiscais e/ou policiais. A

Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda tem casos com um déficit na estatística, mas afirma que os culpados não são responsabilizados criminalmente (GOMES, 2018, p. 1).

Na mesma reportagem, faz-se menção à morte de uma *zungueira*, que morreu, em 2016, atropelada em Viana, quando fugia dos agentes fiscais:

Em finais de Dezembro de 2016 morreu uma zungueira, em Viana, nas imediações da Fibrex, na sequência de uma perseguição de agentes da Polícia Nacional. Vestida de saia feita com pano de samakaka, a vendedora de bolachas perto da estrada, em busca do sustento para os seus filhos, não foi bem-sucedida naquela zunga e perdeu a vida a 28 de Dezembro de 2016, num atropelamento, quando fugia da agressão dos policiais. Sangue no asfalto e pessoas ao seu redor, a zungueira perdeu a vida no local, por traumatismo craniano. Apesar da Polícia Nacional ter desmentido que ela tenha perdido a vida na sequência da perseguição destes, as pessoas que presenciaram o acto disseram o contrário, bem como as vozes que se levantaram nas redes sociais (GOMES, 2018, p. 1).



Fig. 1: Zungueira morta por atropelamento em Viana, Angola, em 2016. Fonte: O País. GOMES, 2018. Disponível em: <https://opais.co.ao/index.php/2018/04/15/quando-se-perde-a-vida-fugindo-dos-fiscais/>. Acesso em: 12 Mai.2021.

Desde o período colonial, até os dias de hoje, o Estado angolano procura a erradicação da venda ambulante. O presidente João Lourenço, em seu atual governo, pretende dar fim à venda ambulante em Angola, com o lançamento da “Operação Resgate”. O presidente da Associação Nacional de Vendedores Ambulantes, José Kassoma, ao ser entrevistado pela DW, responsabiliza o Estado angolano pelas mortes das *zungueiras*. afirmou que:

Em todas as operações que visam a organização da mulher zungueira e a venda ambulante, tem havido excessos. Por isso é que há mortes e cada vez mais vendedoras com ferimentos. Há vendedoras que têm sido empurradas de pontes aéreas para peões e acabam com deficiências físicas [...] Basta de mortes da mulher zungueira, como têm acontecido no nosso país (KASSOMA. J., *apud* LUAMBA, 2019, p. 1).

As *zungueiras* relatam estar cansadas das agressões físicas e acusam os policiais de maus tratos, corrupção e de destruição dos produtos por elas comercializados. “O polícia quando vem, não tem aquele amor, destruí o nosso negócio” [...] afirmam também que a polícia deve “conversar com as pessoas” e não “bater nas senhoras” (LUAMBA, 2019, p. 1). A *Human Rights Watch* (RIMLI, 2013) documentou diversos exemplos de brutalidades e violências sofridas pelas *zungueiras* e condenou a postura dos agentes da Polícia Nacional, denunciando o assédio e intimidação que refletem o ambiente repressivo crescente de Angola, e dá voz a uma *zungueira*:

Onde eu vendo, há muitas zungueiras [vendedoras ambulantes] com bebês às costas. Os policiais e os fiscais vêm de moto. Dão-nos pontapés e atiram as nossas coisas para o chão. Alguns levam as nossas coisas. Só não levam se pagarmos. Dizem: “Tira essas porcarias daqui. Aqui não é sítio para vender.” Nós perguntamos: “E para onde é que vamos? Não há mercados para nós. O que é que estão a fazer com as nossas coisas?” Outras ficam caladas. Têm medo (entrevista com zungueira, *apud* RIMLI, 2013, p. 1).

O exercício da *zunga* é uma atividade legalizada pelo Estado angolano, portanto livre, regulamentada na Lei n.º 1/07 das Atividades Comerciais que normatiza o exercício do comércio informal (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2007). Sua prática, portanto, precisa ser analisada como um fator estrutural e social, pois o motivo por detrás da *zunga* é a pobreza e a falta de oportunidades de emprego, sendo que muitos dos vendedores ambulantes angolanos se encontram em condição de pobreza extrema. Neste sentido, as *zungueiras* são agentes que contribuem contra a baixa taxa de empregabilidade do país. Esta mesma lei, que regulamenta as práticas comerciais e normatiza o comércio informal, define:

Para salvaguarda do urbanismo comercial, deve ser observado o seguinte: a) Zonas urbanas — estabelecem-se em geral superfícies comerciais, nomeadamente hipermercados, centros comerciais, supermercados, minimercados, assim como mercados municipais urbanos, estabelecimentos de prestação de serviços mercantis de dimensão relevante e actividade comercial grossista na modalidade do comércio por grosso em livre serviço (cash and carry); b) Zonas suburbanas — além das superfícies comerciais estabelecem-se em geral nestas zonas, comércio retalhista, comércio precário, comércio geral, comércio ambulante, comércio feirante, mercados municipais urbanos, mercados abastecedores, entrepostos comerciais e outras actividades previstas por lei; c) Zonas rurais — estabelecem-se em geral comércio retalhista, comércio precário, comércio geral, comércio ambulante, comércio feirante, mercados municipais rurais, pequena actividade agropecuária e transportadora e outras actividades previstas por lei (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2007, art. 27).

Estamos, portanto, diante de uma lei que define fronteiras entre os diferentes segmentos de comércio, exclui e limita a *zunga* às áreas periféricas ou rurais, uma postura nada distinta daquela do período colonial. Embora imersas na adversidade, paradoxalmente é necessário considerar a *zunga*, do ponto de vista da identidade, como uma prática que tem raízes na tradição angolana. Nesse sentido, fortalecer com dignidade hábitos e formas de vida, importa na luta contra hegemônica em países de tradição colonial e patriarcal. Perante pressões do Capitalismo global, em suas apostas por modernização incompleta ou desigual e combinada, em países do Sul Global cujas características se fundam recorrentemente na exportação de *commodities* – no caso de Angola, especialmente o petróleo – as apostas na urbanização de setores estratégicos conferem uma imagem enganosa de modernização. Perante a eleição de investimentos públicos e associação a interesses das classes dominantes internas, as contradições se revelam em setores desprovidos da cidade e contingentes excluídos da população, como face complementar.

Vivemos um período de transformações onde, no processo de luta social, política e econômica, encontramos um tipo de conhecimento a ser pregado como único, legítimo e padrão universal a alcançar, regido, em última instância, pela economia globalizada capitalista. Em países do Sul Global, a luta por constituir identidades como nações pós-coloniais passa pelas decisões em direção à equidade social ou sujeição ao neoliberalismo

dominante, que se revelam, ao fim e ao cabo, na morfologia urbana mediante eleições realizadas pelo Estado. Consideramos que os expedientes mais elementares de sobrevivência em condições de desigualdade extrema e adversa produzem formas de vida que expressam conhecimentos vitais. Abordar esta discussão sob a ótica das epistemologias do Sul explicita modos de resistência contra essa opressão de conhecimento exclusivo — que abarca saberes, hábitos, práticas sociais e luta por direitos de existência — articuláveis ao entendimento do fenômeno das *zungueiras*. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2018):

O Capitalismo experimenta hoje um dos momentos mais destrutivos da sua história recente, como testemunham as novas formas de acumulação primitiva por despossessão, a reedição da rapina colonial, que agora se estende por todo o Sul Global, da apropriação de terras ao roubo de salários e os resgates bancários, sujeitando-se à lei capitalista do valor de recursos e bens comuns, provocando o deslocamento de milhões de camponeses pobres e povos indígenas, a devastação ambiental e os desastres ecológicos; e a eterna renovação do colonialismo, que revela, em velhos e novos aspectos, o mesmo impulso genocida, a sociabilidade racista, a sede de apropriação e a violência exercida sobre os recursos considerados infinitos e sobre as pessoas consideradas inferiores e inclusive não humanas (SANTOS, 2018, p. 298-299).

3 Considerações finais

A ideia de que o conhecimento eurocêntrico seja o único legítimo em confirmar a ciência e, portanto, analisar o Sul Global sob lentes do Norte, cria uma opressão às demais fontes e tipos de conhecimentos. Perante os dilemas de países de raiz colonial em sua marcha em direção à consolidação de independência, o papel do Estado frequentemente pode reiterar novas formas de dominação, inclusive internas. Boaventura de Sousa Santos afirma que o objetivo de sistematizar o que ele define como epistemologias do Sul seria identificar e dar valor ao que frequentemente não é reconhecido como conhecimento, diante das epistemologias dominantes, e que esses conhecimentos, assim valorizados, surgem como resistência contra a repressão às epistemologias que legitimam essa mesma repressão. (SANTOS, 2018, p. 303).

Perante esta compreensão, parece-nos desejável, ao analisarmos o comércio informal em Angola, que nos afastemos relativamente do pensamento crítico eurocêntrico e o compreendamos sob aspectos da lógica africana, considerando o contexto social, político e econômico do país e a luta de classes atual que reserva, ao fim e ao cabo, persistências neocoloniais. O intuito não seria o de criar distanciamento estanque ao pensamento crítico e científico a fim de que pudéssemos anular ou desconsiderar a tradição eurocêntrica. Pelo contrário, busca-se aqui abrir espaços de análise para realidades pouco discutidas e muitas vezes ignoradas pela tradição dominante, que importam às ex-colônias, malgrado suas lutas por independência e autodeterminação. Consideramos o caso das *zungueiras*, aqui delineado, como um fenômeno relativamente particular que contempla a discussão mais ampla, inserida na conceituação do Sul Global em suas diversidades.

Referências

BETTENCOURT, A. C. A. **Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas**: os musseques de Luanda. 2011. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/3654>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

CAIN, A. **Mapeamento da pobreza urbana em Luanda ao longo de quatro décadas**. In: SEMINÁRIO ÁFRICA HABITAT, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Lisboa, 7 maio 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333480590_Mapeamento_da_Pobreza_Urbana_em_Luanda_-_Africa_Habitat_-_Faculdade_de_Arquitetura_da_Universidade_de_Lisboa_-_7_de_maio_2019#fullTextFileContent. Acesso em: 4 Mar. 2020.

GOMES, A. Quando se perde a vida fugindo dos fiscais. **O País**, Angola, 15 abr. 2018. Destaque, Sociedade, p. 1. Disponível em: <https://opais.co.ao/index.php/2018/04/15/quando-se-perde-a-vida-fugindo-dos-fiscais/>. Acesso em 18 Ago. 2020.

GOVERNO DE ANGOLA. MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014**: Censo 2014. Disponível em: <https://andine.ine.gov.ao/nada/index.php/catalog/3>. Luanda, Angola, mar. 2016. Acesso em: 7 Abr. 2021.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, Dossiê Barricadas Urbanas, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LUAMBA, M. Zungueiras em Angola: "Estamos cansadas" da violência da polícia. **DW**, Luanda, 21 mar. 2019. Notícias/ Angola, p. 1. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3FRH0>. Acesso em: 31 Abr. 2021. Não paginado.

MENESES, M. P. A questão negra entre continentes: possibilidades de tradução intercultural a partir de práticas de luta? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 176-206, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004307>. Acesso em: 14 Abr. 2021.

PANTOJA, S. Quitandas e arimos: um negócio feminino no abastecimento de géneros alimentícios em Luanda nos séculos XVIII e XIX. In: PANTOJA, S. (org.). **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2000.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York: PNUD, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 20 Jun. 2021. eISBN: 978-92-1-004502-5.

PRATES, T. J. M. **Cidade informal**: reflexões para um futuro sustentável nos musseques de Luanda. 2016. Dissertação (Mestrado em Integrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/13639>. Acesso em: 18 Mai. 2020.

QUEIROZ, L. H. C. R. **Entre legados coloniais e agências**: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23052/1/2016_La%C3%ADsHelenaCust%C3%B3dioRodriguesdeQueiroz. Acesso em: 4 Mar. 2020.

REIS, J. J.; CHAMBASSUCO, M. Quase 1,3 milhões de angolanos foram para a informalidade. **Expansão, Angola**, n. 609, 29 jan. 2021. Empresas & Mercados, p. 1. Disponível em: https://www.expansao.co.ao/artigo/144334/angola-perdeu-467-mil-postos-de-trabalho-formal-em-2020-?secao=exp_merc. Acesso em: 15 Mai. 2021.

REPÚBLICA DE ANGOLA. MINISTÉRIO DO COMÉRCIO. Lei das Actividades Comerciais, Lei n. 1/07 de 14 de maio, 2007. **Diário da República**: série I, Luanda, Angola, n. 58, p. 897-909, 14 maio 2007. Disponível em: <http://www.jomqservices.co.ao/content/artigos/Lei%201.07,%20de%2014%20de%20Maio,%20da%20Lei%20das%20>. Acesso em: 12 Jun. 2021.

RIBAS, O. **Sunguilando**: contos tradicionais angolanos: prosa. Porto, Portugal: Edições ASA para a União dos Escritores Angolanos, 1989.

RIMLI, L. **"Tira essas porcarias daqui"**: violência policial contra vendedores ambulantes em Angola. Tradução: Diana Tarré. Estados Unidos da América: Human Rights Watch, 2013. ISBN: 978-1-62313-0596. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/angola1013po.pdf. Acesso em: 18 Ago. 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. ISBN: 978-85-314-0833-5.

SANTOS, O. A. **Do pregão da avó Ximinha ao grito da zungueira**: trajetória femininas no comércio de rua em Luanda. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos Africanos) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23955>. Acesso em: 22 Mar. 2020.

SANTOS, O. Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**, Angola, n. 8, p. 35-61, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/510#text>. Acesso em: 22 Mar. 2020.

SANTOS, B. S. **Construindo as epistemologias do sul**. Antologia essencial. Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. 1.

SANTOS, K. L. Da informalidade ao circuito inferior: um estudo sobre a economia urbana em Gana no início do século XXI. **Geografia**, v. 23, n. 50, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/38272/29154>. Acesso em: 02 Jun. 2021.